

DOCUMENTO: Processo SMA 13.587/07

INTERESSADO: Associação Paulista das Cerâmicas de Revestimento - ASPACER

ASSUNTO: Licença Ambiental Prévia – LP para complexo argileiro

MUNICÍPIO: Santa Gertrudes

1. INTRODUÇÃO

Trata-se da Súmula do Parecer Técnico nº 35/11/IE elaborado pelo Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos - IE, para subsidiar o licenciamento ambiental prévio da ampliação, implantação e recuperação de áreas de lavra para extração de argila e argilito, para produção de cerâmica de revestimento.

O interessado, ASPACER, reúne dez empresas distintas, a saber: Santo Antônio Agropecuária Ltda.; Mineradora Dois Irmãos Ltda.; André L. Ramos Argileira; Irmãos Granusso Santa Gertrudes Ltda.; Incopisos Indústria e Comércio de Pisos Ltda.; Mineração Formigrês Ltda.; José Ildário Silman ME; Marcelo Ramos Mineradora; Cerâmica Carmelo Fior Ltda.; e Boa Vista Extração, Beneficiamento e Comércio de Argila Ltda. O empreendimento destina-se a extração de argila em áreas contíguas, denominada de Complexo Argileiro de Santa Gertrudes.

O processo de licenciamento ambiental de algumas das empresas supracitadas iniciou-se na Agência Ambiental de Piracicaba. Dada a proximidade das áreas e, portanto, da existência de sinergia dos impactos, foi orientado aos interessados que apresentassem um Estudo de Impacto Ambiental – EIA que considerasse conjuntamente os impactos da extração pretendida.

Planeja-se com o Parecer nº 35/11/IE, a que esta Súmula se refere, o estabelecimento de limitações e diretrizes básicas para condução das atividades extrativas. Posteriormente, cada empreendedor deverá obter as respectivas Licenças de Instalação na Agência Ambiental de Piracicaba.

2. EMPREENDIMENTO EM ANÁLISE

Tratam-se de 20 áreas tituladas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM que encontram-se em etapas diferentes de desenvolvimento: algumas áreas já foram objeto de extração de argila (32 ha de área lavrada), enquanto outras encontram-se recobertas com cana-de-açúcar. O método de extração será o de lavra a céu aberto empregando o desmonte por explosivos e a escavação mecânica, com formação de painéis (bancadas a meia encosta ou em cavas fechadas). O projeto apresentado prevê a formação de 10 painéis de lavra que somam extensão superficial de cerca de 192 ha de escavações.

Planeja-se a extração de cerca de 46.385.200 t de minério para uma vida útil de 14 anos.

Como infraestrutura de apoio estão previstos acessos, edificações em alvenaria e balanças para gerenciamento e controle da expedição do minério e sanitários químicos. A cominuição, homogeneização e secagem da argila ocorrerão em áreas distintas, que não são objeto desse licenciamento.

O escoamento da produção ocorrerá por meio de vias municipais, onde predominam o tráfego de caminhões com carregamento de cana, e rodovias (SP 316, Washington Luís e rodovia Fausto Santomauro) que já suportam tráfego pesado. O ponto mais crítico está na transposição de ferrovia, feito através de um pontilhão próximo ao núcleo urbano de Santa Gertrudes.

Foi prevista a contratação de 81 funcionários, no período de maior produção, com regime de trabalho entre 6:30 às 18:30 de segunda à sexta e entre 7:00 às 15:00 aos sábados. As operações que envolvem o uso de explosivos será realizada por empresa terceirizada.

3. AVALIAÇÃO DOS PRINCIPAIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

Em relação à **compatibilidade com os aspectos legais**, foi apresentada a manifestação da Prefeitura Municipal de Santa Gertrudes, que atesta que o empreendimento atende as diretrizes de uso e ocupação do solo.

Os impactos ambientais mais relevantes do empreendimento estão inter-relacionados, e podem ser sintetizados na possível alteração da qualidade de águas superficiais e na oferta hídrica, refletindo diretamente no abastecimento público, localizado a jusante do complexo argileiro. A circulação de águas pluviais pelo empreendimento, incorporando solos, material de decapeamento e argila, carreando estes materiais para as drenagens naturais, pode resultar na **indução a processos de dinâmica superficial** e na **alteração da qualidade das águas superficiais** e, conseqüentemente, assoreamento com **déficit hídrico**.

Visando gerenciar tais impactos, as principais ações propostas para o monitoramento, controle e mitigação e que deverão ser detalhadas num **Programa de Controle de Processos Erosivos e de Assoreamento de Recursos Hídricos** incluem: implantação de sistemas de drenagem para disciplinamento de águas superficiais; uso de barreiras filtrantes para contenção de finos e material coloidal; monitoramento da qualidade de águas superficiais; uso das cavas inundadas como reservatórios de água para regularização hídrica do ribeirão Santa Gertrudes e ribeirão Pau D'álho. Em complementação ao proposto no EIA foi solicitada, por esse Departamento, adequação no projeto de lavra, de forma que a exploração não seja realizada abaixo das cotas topográficas do nível de base de referência para cada empreendimento, isoladamente. Essa restrição vertical tem como consequência a redução da extensão superficial total de lavra prevista no projeto, proporcionada pelas características geomorfológicas.

A **interferência com a cobertura vegetal nativa** se restringirá à remoção de vegetação no estágio pioneiro (7,6 ha), e de árvores isoladas. Em atendimento à Resolução SMA 130/10 deverá ser revegetada área equivalente àquela ocupada pelas cavas, considerando as limitações no projeto de exploração, multiplicada pelo fator de 0,75. A quantificação das áreas deverá ser apresentada na fase de LI. Os trabalhos de revegetação, a serem tratados no **Programa de Revegetação**, deverão ser realizados preferencialmente nas Áreas de Preservação Permanente – APPs do ribeirão Santa Gertrudes, de forma a abranger todo o percurso do curso d'água até o ponto de captação.

Em relação às **interferências em APPs**, foi calculada uma intervenção pretérita em cerca de 2 ha, a qual será compensada mediante recuperação de área equivalente. Está prevista nova interferência de cerca de 0,05 ha. Caso esta se concretize, dadas as alterações a serem executadas no projeto de exploração, deverá ser realizada compensação florestal conforme Resolução CONAMA 369/06. Visando a proteção dos recursos hídricos, deverá ser revegetada e preservada faixa de 20 m à margem das APPs, no âmbito do **Programa de Revegetação**.

Quanto ao impacto **interferências com a fauna silvestre**, cabe destacar que não foram identificadas espécies ameaçadas de extinção conforme Decreto Estadual 56.031/10 (grupos mastofauna, herpetofauna e avifauna). O **Programa de Monitoramento de Fauna e de Monitoramento das Comunidades Aquáticas** deverá identificar a ocorrência de alterações visando a adoção de eventuais medidas mitigadoras ou de manejo. A fim de coibir a caça e o transporte de espécies silvestres, bem como evitar o atropelamento, deverá ser implementado **Programa de Treinamento Ambiental do Trabalhador**.

A emissão de poeiras, ruídos e vibrações decorrentes do desmonte por explosivos e tráfego de caminhões foram tratados no impacto **incômodos à população**. Visando a mitigação deste impacto e considerando que a gleba dista aproximadamente 4 km do núcleo urbano foram propostas medidas mitigadoras reunidas no **Programa de Comunicação Social**, no **Programa de Monitoramento de Ruído** e no **Programa de Redução, Compensação e Monitoramento das Emissões Atmosféricas**. Das medidas previstas, destacam-se a pavimentação com pavimento rural de cerca de 20 km de estradas vicinais utilizadas no escoamento da produção até a rodovia SP-316; o enlombamento dos caminhões; e o monitoramento da concentração de material particulado em ponto de acesso à Rodovia Washington Luís. Foi solicitada a implantação de **cortina vegetal** no entorno do empreendimento e de um **Programa de Educação Ambiental** com a população de Santa Gertrudes.

Dado o aumento no fluxo de veículos, foram propostas medidas mitigadoras considerando o eventual **comprometimento da capacidade viária**. Além das medidas previstas no Programa de Redução, Compensação e Monitoramento das Emissões Atmosféricas foi proposta a sinalização e implantação de redutores nas vias utilizadas, no **Programa de Melhorias das Vias de Tráfego**.

No que se refere às **interferências com o patrimônio arqueológico**, de acordo com o Parecer 209/07 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, deverá ser realizado **Projeto para Prospecção do Patrimônio Arqueológico**. Caso sejam detectados sítios arqueológicos, deverá ser implantado Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico a fim de que os vestígios sejam resgatados de maneira adequada.

4. PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

O montante a ser destinado à Unidade de Conservação - UC deverá ser revisto para a próxima fase do licenciamento, quando deverão ser considerados os valores a serem gastos para atendimento das medidas de revegetação compensatória exigidos pela legislação ambiental, conforme estabelecido no Parágrafo 1º, do Artigo 3º da Resolução CONAMA 371/06. Para a emissão da Licença Ambiental de Implantação deverá ser firmado o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA com a CETESB.

5. CONCLUSÃO

Face ao exposto, entende-se que o empreendimento é ambientalmente viável, desde que seja adequado o Projeto de Lavra, respeitando as limitações e diretrizes discutidas no Parecer Técnico 35/11/IE e atendidas as medidas propostas no EIA, além das exigências do referido Parecer. Nestes termos, a equipe do IE submete ao CONSEMA a apreciação e deliberação sobre a concessão da Licença Ambiental Prévia – LP para a ampliação e implantação das áreas de lavra de argila, sob responsabilidade da ASPACER.

São Paulo, 08 de julho de 2011

ORIGINAL DEVIDAMENTE ASSINADO

Ana Cristina Pasini da Costa

Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental – I